



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS
UNIDADE DE JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA**

PROCESSO : 20202700100221
RECURSO : VOLUNTÁRIO Nº 1461/2021
RECORRENTE : GOLÇALVES IND. E COM. DE ALIMENTOS LTDA.
RECORRIDA : FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL.
RELATOR : JULGADOR - ROBERTO VALLADÃO ALMEIDA DE CARVALHO
RELATÓRIO : Nº 278/22/2ª CÂMARA/TATE/SEFIN

02 – VOTO DO RELATOR

A autuação ocorreu em razão de sujeito passivo se apropriar indevidamente de créditos fiscais de ICMS, escriturados no registro C170 da EFD, decorrentes de materiais de uso e consumo, especialmente quanto aos itens “EMB BOBINA FUNDO ESTRELA” e “EMB SACO PAPEL KRAFT PAO FRANCES” por conta da irregularidade constatada e descrita detalhadamente no Relatório Fiscal em anexo. Tendo em vista a aprovação do novo ICMS, com efeitos a partir de 01/05/2018, a capitulação da infração para os fatos geradores é art. 77, IV, al da Lei 688/96 c/c art. 40, §1, IV do RICMS aprov. pelo Dec. 22721/2018. Foram indicados para a infringência o art. 39, §1, III aprov. pelo Dec. 8321/98 c/c artigo 77, inciso V, alínea “a”, item 1 da Lei 688/96 e para a penalidade o artigo 77, inciso V, alínea “a” item 1 da Lei 688/96.

O sujeito passivo foi cientificado via Correios por meio de Aviso de Recebimento OD 11623897 3 BR em 15/07/2020 conforme fls. 24-25. Foi apresentada Defesa Tempestiva em 14/08/2020, fls. 27-42. Posteriormente a lide foi julgada procedente em 1ª Instância, conforme decisão às fls. 45-48 dos autos. A decisão singular foi notificada ao sujeito passivo em 21/10/2021, via Correios por meio de Aviso de Recebimento BZ 982806016 BR, fl. 49.

Irresignada a autuada interpõe recurso voluntário em 12/11/2021 (fls. 50-75) contestando a decisão “a quo”, argumentando da administração judicial da falência, da síntese acusatória, da tempestividade da defesa e do mérito – da aplicação do



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS
UNIDADE DE JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA

juros da necessidade da aplicação da taxa SELIC, da aplicação da multa – ofensa ao princípio da proporcionalidade e a relevação da multa – ausência de lesão ao fisco.

É o breve relatório.

02.1 – DA ANÁLISE DOS AUTOS E FUNDAMENTOS DO VOTO

A exigência fiscal ocorre em razão de o sujeito passivo se apropriar de crédito de bens de uso e consumo como se fossem insumos na sua escrita fiscal no exercício de 2018. Foi notificada da decisão de procedência da primeira instância em 21/10/2021 via Correios.

Em seu recurso, traz da administração judicial da falência, da síntese acusatória, da tempestividade da defesa e do mérito – da aplicação dos juros da necessidade da aplicação da taxa SELIC, da aplicação da multa – ofensa ao princípio da proporcionalidade e a relevação da multa – ausência de lesão ao fisco.

Explica que é o Administrador Judicial da massa falida conforme Temo de Compromisso firmado em 11/03/2020 anexado nesta defesa. Comprova-se assim sua capacidade de representação.

Explica a autuação trazendo a descrição da infração e cita a penalidade aplicada. Comprova que a defesa é tempestiva conforme os dados e a legislação trazida.

Explica a autuação trazendo a descrição da infração e cita a penalidade aplicada. Comprova que a defesa é tempestiva conforme os dados e a legislação trazida.

Argumenta que o STF já determinou que os juros aplicados pelos entes tributantes não podem ser superiores àqueles utilizados pela União. Cita o art. 24



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS
UNIDADE DE JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA

da CF sobre matéria financeira e o voto do Ministro Eros Grau e de Celso de Melo no RE 183.907. Deve ser incidido somente a taxa SELIC.

Sobre a multa, traz o princípio da proporcionalidade e faz um arrazoado sobre a função e a finalidade da multa. Diz que multa de 90% mais a atualização monetária excede o valor principal do tributo.

Conclui que a multa aplicada no auto de infração é totalmente desproporcional à conduta da autuada, o que a torna incoerente com o sistema. O que se vê no presente caso, a multa excessiva alta passa a ter o condão de arrecadar e não de educar e impedir novas condutas. Cita ADI 5511/600-RJ, ADI 1073/DF e RE 374981/RS, todos do STF sobre o tema.

Traz decisão judicial do TJ-SP que aquele pretório não se cansa de relevar multa quando não ocorre prejuízo ao erário e quando a infração não é praticada com dolo, fraude ou simulação.

Faz um breve arrazoado sobre o tema, cita a doutrina de Ruy Barbosa Nogueira sobre o tema. Conclui que o próprio fisco admite não ter existido qualquer dano ao erário, pois o AIIM está cobrando somente multa e nenhuma quantia a título de imposto.

Razões da Decisão

A lide é simples. Os produtos que são adquiridos pelo sujeito passivo podem ser utilizados para revenda, para ser insumos na sua produção ou para uso e consumo dentro de sua atividade comercial.

Enquanto conceito, tem-se que mercadoria para insumo é aquela adquirida para produção ou fabricação de um produto, ou para prestação de um serviço. Assim, pode-se imaginar uma indústria de pneus comprando borracha ou uma panificadora comprando trigo para a produção de pão.

Já a mercadoria para uso e consumo é aquela, como o próprio nome já diz, adquirida para usar e consumir na sua operação sem conservar relação com a atividade principal da empresa.



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS
UNIDADE DE JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA**

Como exemplo, podemos citar um supermercado comprando material limpeza, não para revender, mas para utilizar na limpeza da própria loja. Ou ainda, comprando alimentos para servir no refeitório para os seus colaboradores.

Tais conceitos são fundamentais para que se possa compreender o creditamento dessas operações, que a depender do volume fazem toda a diferença na hora de pagar os tributos.

No tocante ao ICMS, de acordo com os artigos 32, inciso II e artigo 33, inciso I, ambos da Lei Kandir (LC 87/96), tem-se que as mercadorias adquiridas para insumo geram crédito.

Já as mercadorias de uso e consumo, por força da LC 171/2019, por mais uma vez fora adiada a possibilidade de creditamento, passando desta vez para as aquisições feitas a partir de 01 janeiro de 2033.

Quanto ao PIS/COFINS, a redação do Art. 3, inciso II das Leis 10.637/02 e 10.833/03, respectivamente, deixa claro que somente as aquisições mercadorias para insumo irão gerar crédito de PIS/COFINS, não sendo possível pois o creditamento decorrente das aquisições de mercadorias destinadas a uso e consumo.

Consideramos insumo tudo aquilo que tem por finalidade de produção para um determinado produto ou serviço. Existem 3 tipos de insumos, sendo: naturais, do trabalho e capital. Insumo é tudo aquilo que é usado no processo de produção de um produto ou serviço. Já o consumo é utilizado para a utilização da própria empresa como, café e material de limpeza.

Art. 32. A partir da data de publicação desta Lei Complementar:

(...)

II – darão direito de crédito, que não será objeto de estorno, as mercadorias entradas no estabelecimento para integração ou consumo em processo de produção de mercadorias industrializadas, inclusive semi-elaboradas, destinadas ao exterior;

(...)

Art. 33. Na aplicação do art. 20 observar-se-á o seguinte:

I – somente darão direito de crédito as mercadorias destinadas ao uso ou consumo do estabelecimento nele entradas a partir de 1o de janeiro de 2033.

(...)



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS
UNIDADE DE JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA

Art. 3º Do valor apurado na forma do art. 2º a pessoa jurídica poderá descontar créditos calculados em relação a:

(...)

II – bens e serviços, utilizados como insumo na prestação de serviços e na produção ou fabricação de bens ou produtos destinados à venda, inclusive combustíveis e lubrificantes, exceto em relação ao pagamento de que trata o art. 2º da Lei no 10.485, de 3 de julho de 2002, devido pelo fabricante ou importador, ao concessionário, pela intermediação ou entrega dos veículos classificados nas posições 87.03 e 87.04 da TIPI;

O autuante levantou na escrita fiscal do sujeito passivo os produtos “EMB BOBINA FUNDO ESTRELA” e “EMB SACO PAPEL KRAFT PAO FRANCES”, isto é, fez o levantamento da entrada deles no registro C170 do SPED/EFD.

O registro C170 detalha os itens nos documentos fiscais. Dados como CST/ICMS, CST/IPI, CFOP, alíquota de ICMS e IPI, quantidade do item, código da unidade de medida e afins são detalhados neste registro.

O registro é apresentado no Bloco C, ao clicar em Documentos Fiscais de Entrada/Aquisição ou Documentos Fiscais de Saídas/Prestações, o usuário conseguirá visualizar o registro C100 e sequencialmente o registro C170.

Na mídia fl. 19, o autuante relacionou todos os itens desses dois produtos:



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS
UNIDADE DE JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA

Excel spreadsheet showing a list of credit entries with columns for CNPJ, Raz.Social, and D.Emissão. Includes a security warning at the top.

Excel spreadsheet showing a list of payment entries with columns for Município, Tipo de Pagamento, Natureza da Operação, and Desc. Produto. Includes a security warning at the top.

E elaborou a planilha de cálculo:



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS
UNIDADE DE JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA

Sistema Automático - CREDITOS INDEVIDOS - CONSUMO - ZELADOR - Roberio Valdeao

Arquivo Página Inicial Inserir Desenhar Layout da Página Fórmulas Dados Revisão Exibir Ajuda Comentários Compartilhamento

Área de Transferência: AVISO DE SEGURANÇA A atualização automática de links foi desabilitada. Habilitar Conteúdo

Y	Z	AA	AB	AC	AD	AE	AF	AG	AH	
60 225	370,09 MIL	4,0000	92,5225	0,00	0,00	0,00	881,52	370,09	64,77	
61 364	2.197,36 MIL	10,0000	219,7364	0,00	0,00	0,00	2.197,36	384,54	384,54	
62 152	92,55 MIL	1,0000	92,5452	0,00	0,00	0,00	92,55	16,20	16,20	
63 364	1.098,68 MIL	5,0000	219,7364	0,00	0,00	0,00	1.098,68	192,27	192,27	
64 352	92,55 FDO	1,0000	92,5452	0,00	0,00	0,00	745,61	16,20	16,20	
65 332	233,35 MIL	3,0000	77,7832	0,00	0,00	0,00	1.012,43	40,84	40,84	
							R\$73.158,44	R\$12.802,69	R\$12.802,69	

ICMS aprop. Indev.	Valor UPF (ano emissão NF)	Vi. Crédito em UPF	Valor UPF 2020	Atualização ICMS	ICMS Atualizado	MULTA (90%)	Data Inicial JUROS	Data Final JUROS	Juros (1% a.m)
37,99	R\$65,21	0,58258	R\$74,47	R\$5,39	R\$43,38	R\$39,05	20/04/2018	03/07/2020	26,83%
295,66	R\$65,21	4,53397	R\$74,47	R\$41,98	R\$337,64	R\$303,88	20/10/2018	03/07/2020	20,73%
R\$333,65				R\$47,38	R\$381,03	R\$342,93			

ICMS aprop. Indev.	Valor UPF (ano emissão NF)	Vi. Crédito em UPF	Valor UPF 2020	Atualização ICMS	ICMS Atualizado	MULTA (90%)	Data Inicial JUROS	Data Final JUROS	Juros (1% a.m)
R\$ 12.469,04				R\$ 1.779,64	R\$ 14.239,68	R\$ 12.815,71			

TOTAL(Descontando as transferências com débito) **R\$ 71.251,90** **R\$ 12.469,04** **R\$ 12.469,04**

CREDITOS INDEV. UPF RO

Sistema Automático - CREDITOS INDEVIDOS - CONSUMO - ZELADOR - Roberio Valdeao

Arquivo Página Inicial Inserir Desenhar Layout da Página Fórmulas Dados Revisão Exibir Ajuda Comentários Compartilhamento

Área de Transferência: AVISO DE SEGURANÇA A atualização automática de links foi desabilitada. Habilitar Conteúdo

AI	AJ	AK	AL	AM	AN	AO	AP	AQ	
62 20	15,20	0,24843	R\$74,47	R\$2,30	R\$18,50	R\$16,65	20/12/2018	03/07/2020	18,70%
63 27	192,27	2,94847	R\$74,47	R\$27,30	R\$219,57	R\$197,62	20/12/2018	03/07/2020	18,70%
64 20	16,20	0,24843	R\$74,47	R\$2,30	R\$18,50	R\$16,65	20/12/2018	03/07/2020	18,70%
65 34	40,84	0,62628	R\$74,47	R\$5,80	R\$46,64	R\$41,98	20/12/2018	03/07/2020	18,70%
66 9	R\$12.802,69			R\$1.818,02	R\$14.620,71	R\$13.158,64			

ICMS aprop. Indev.	Valor UPF (ano emissão NF)	Vi. Crédito em UPF	Valor UPF 2020	Atualização ICMS	ICMS Atualizado	MULTA (90%)	Data Inicial JUROS	Data Final JUROS	Juros (1% a.m)
37,99	R\$65,21	0,58258	R\$74,47	R\$5,39	R\$43,38	R\$39,05	20/04/2018	03/07/2020	26,83%
295,66	R\$65,21	4,53397	R\$74,47	R\$41,98	R\$337,64	R\$303,88	20/10/2018	03/07/2020	20,73%
R\$333,65				R\$47,38	R\$381,03	R\$342,93			

ICMS aprop. Indev.	Valor UPF (ano emissão NF)	Vi. Crédito em UPF	Valor UPF 2020	Atualização ICMS	ICMS Atualizado	MULTA (90%)	Data Inicial JUROS	Data Final JUROS	Juros (1% a.m)
R\$ 12.469,04				R\$ 1.779,64	R\$ 14.239,68	R\$ 12.815,71			

CREDITOS INDEV. UPF RO



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS
UNIDADE DE JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA

Salvamento Automático | CRÉDITOS INDEVIDOS - CONSUMO - 2018.xlsx | Roberto Valladao

Arquivo | Página Inicial | Inserir | Desenhar | Layout da Página | Fórmulas | Dados | Revisão | Exibir | Ajuda | Comentários | Compartilhamento

Colar | Calibri | 11 | A | A' | A'' | Data | Formatação Condicional | Formatar com Estilos de Tabela | Inserir | Excluir | Formatar | Classificar e Filtrar | Localizar e Selecionar

Área de Transferência | Nome | Alinhamento | Número | Estilos | Células | Edição

AVISO DE SEGURANÇA A atualização automática de links foi desabilitada. Habilitar Conteúdo

AP18 | 03/07/2020

	AL	AM	AN	AO	AP	AQ	AR	AS	AT	AU	AV	AV
62	A7	R\$2,30	R\$18,50	R\$16,65	20/12/2018	03/07/2020	18,70%	R\$3,46				
63	A7	R\$27,30	R\$219,57	R\$197,62	20/12/2018	03/07/2020	18,70%	R\$41,06				
64	A7	R\$2,30	R\$18,50	R\$16,65	20/12/2018	03/07/2020	18,70%	R\$3,46				
65	A7	R\$5,80	R\$46,64	R\$41,98	20/12/2018	03/07/2020	18,70%	R\$8,72				
66		R\$1.818,02	R\$14.620,71	R\$13.158,64				R\$3.549,36				
67												
68												
69												
70												
71	2020	Atualização ICMS	ICMS Atualizado	MULTA (90%)	Data Inicial JUROS	Data Final JUROS	Juros (1% a.m)	Vi. Juros	TOTAL (Valor atualizado + Juros)			
72	A7	R\$5,39	R\$43,38	R\$39,05	20/04/2018	03/07/2020	26,83%	R\$11,64	R\$94,07			
73	A7	R\$41,98	R\$327,64	R\$303,88	20/10/2018	03/07/2020	20,73%	R\$70,00	R\$711,53			
74		R\$47,38	R\$381,03	R\$342,93				R\$81,65	R\$805,60			
75												
76												
77	2020	Atualização ICMS	ICMS Atualizado	MULTA (90%)	Data Inicial JUROS	Data Final JUROS	Juros (1% a.m)	Vi. Juros	TOTAL (Valor atualizado + Juros)			
78		R\$ 1.770,64	R\$ 14.239,68	R\$ 12.815,71				R\$ 3.467,72	R\$ 36.523,10			
79												
80												

CRÉDITOS INDEVIDOS - FUPF RO

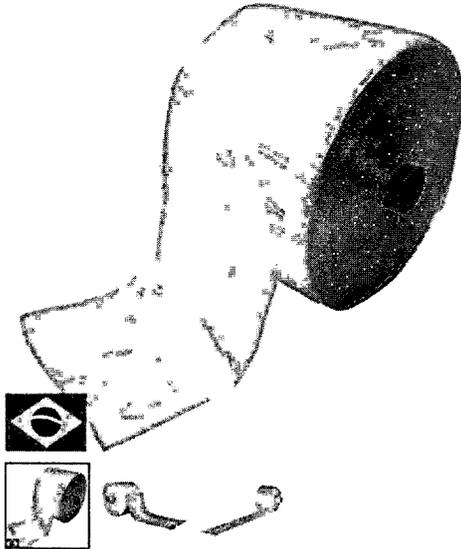
Procem | Digite aqui para pesquisar | 34°C Pred. nublado | POR 16:10 | FTS 13/09/2022

Os produtos autuados são:



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS
UNIDADE DE JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA

Shopee > Casa e Decoração > Outros > Bobina fundo estrela G 40x60



Bobina fundo estrela G 40x60

5.0 ★★★★★ 5 Avaliações 12 Vendido

R\$26,40

Frete Frete grátis com cupom
Para compras acima de R\$59,00
 Frete Para 05024-040, São Paulo, São Paulo ▾
Taxa De Frete R\$0,00 - R\$7,25 ▾

Quantidade - 1 + 1 unidades disponíveis

Adicionar Ao Carrinho

Garantia Shopee Receba exatamente o que pediu ou devolvemos o seu dinheiro

Compartilhar: Favoritar (12)

Veja por departamentos ▾ Novidades Saco descartável Papel para máscaras Lixírios Luvas Saco de lixo Melhores preços do mercado

Embalagens de papel > Sacos para Pães



Para 3KG

Embole Bem

Saco para pão Kraft de Papel Branco de 3kg com impressão "Volte Sempre" com 500 unidades

COD: 0125320 | [Ver descrição completa](#)

★★★★★ (0 avaliações)

CONSULTE SUA REGIÃO -5% à vista no BOLETO ou PIX

R\$ 69,35

em até 3X em R\$ 23.11 sem juros

Outro 2X 3X 12x

1 +

COMPRAR PELO WHATSAPP

Calcular o Frete



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS
UNIDADE DE JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA

Pode se observar que esses produtos elencados não estão relacionados com a atividade principal do mercado. Ele serve para facilitar a compra da fruta ou de pão na padaria do mercado. Ele não se relaciona com a venda de um produto como a lata de um extrato de tomate, a bandeja de queijo ou um saco de pão da marca “Pulmann” quando vendido pela empresa.

Foram acostadas as seguintes provas na autuação: Relatório de Encerramento de Ação Fiscal, fls. 03-14, Termo de Juntada e Ciência de Prova de Meio Eletrônico e CD - ROM, fls. 15-19, DFE 20192500100110, fl. 20, Termo de Início de Ação Fiscal, fl. 21, e Termo de Encerramento de Ação Fiscal, fl. 22.

Não há nenhum óbice para o entendimento do auto de infração

O sujeito passivo pede para os juros serem calculados se utilizando a SELIC e que seja aplicada a proporcionalidade no cálculo da multa. Porém, o TATE-RO não pode afastar aplicação de Lei ou aplicar princípio para alterar cálculo de tributo, por expressa vedação legal nos termos dos art. 16 da Lei n. 4.929/2020 e do art. 90, da Lei 688/96:

Art. 16. Não compete ao TATE:

(...)

III - a declaração de inconstitucionalidade, salvo no caso da inconstitucionalidade ter sido proclamada em ação direta de inconstitucionalidade ou tratar-se de decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, em via incidental, desde que o Senado Federal ou a Assembleia Legislativa tenha suspenso a execução do ato normativo.

(...)

§ 1º O Tribunal poderá aplicar em suas decisões o entendimento resultante de:

I - decisões do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade; II - os enunciados de súmula vinculante;

III - os acórdãos de resolução de demandas repetitivas e em julgamento de recursos extraordinário e especial repetitivos; e- os enunciados das súmulas do Supremo Tribunal Federal em matéria constitucional e tributária e do Superior Tribunal de Justiça em matéria infraconstitucional e tributária”

(...)

Art. 90. Não se inclui na competência dos órgãos julgadores a declaração de inconstitucionalidade, salvo no caso da inconstitucionalidade ter sido proclamada:



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS
UNIDADE DE JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA

I - em ação direta de inconstitucionalidade;

Em relação ao argumento de ausência de lesão ao fisco – relevação da multa. Ficou, com todos os pontos acima que houve apropriação de crédito indevido e sim houve efetivo prejuízo aos cofres públicos. O sujeito passivo diminuiu o débito fiscal a pagar, com os valores anexados no seu Registro C170.

As provas trazidas pelo autuante trazem certeza e liquidez ao título executivo. Restou provado que o sujeito passivo se apropriou de crédito indevido de mercadorias para uso e consumo.

Não há reparos a fazer na decisão singular, portanto.

Em face de todo o exposto, respeitando os entendimentos em contrário, conheço do Recurso Voluntário interposto negando-lhe o provimento. Mantenho a Decisão proferida em Primeira Instância que julgou procedente a autuação fiscal

É como voto.

ro Velho-RO, 15 de Dezembro de 2022.

Roberto V.
AFTE C
RELATOR/JULGADOR

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS - TATE

PROCESSO : Nº 20202700100221
RECURSO : VOLUNTÁRIO Nº 1461/2021
RECORRENTE : GOLÇALVES IND. E COM. DE ALIMENTOS LTDA.
RECORRIDA : FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL.
RELATOR : JULGADOR – ROBERTO VALLADÃO A. DE CARVALHO

RELATÓRIO : Nº 278/2022/2ª CÂMARA/TATE/SEFIN

ACÓRDÃO Nº 470/2022/2ª CÂMARA/TATE/SEFIN

EMENTA : ICMS – APROVEITAMENTO INDEVIDO DE CRÉDITO FISCAL - MATERIAL DE USO E CONSUMO – OCORRÊNCIA - Restou provado “in casu” que o sujeito passivo se aproveitou indevidamente de crédito fiscal referente a material de uso e consumo no exercício de 2018, conforme as provas trazidas em mídia (fl. 19). O direito ao crédito tributário reclamado quanto as aquisições de mercadorias destinadas ao uso e consumo do estabelecimento somente seria factível a partir de 01.01.2020, conforme disposto nos arts. 31 e 33, inc. I, da Lei nº 688/96 vigente na época dos fatos. Com a edição da LC 171/2019, tais créditos somente poderão ser utilizados a partir de 1º de janeiro de 2033. Infração fiscal não ilidida pela recorrente. Mantida a decisão monocrática que julgou procedente o auto de infração. Recurso Voluntário Desprovido. Decisão Unânime.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, **ACORDAM** os membros do **EGRÉGIO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS - TATE**, à unanimidade, em conhecer o Recurso Voluntário interposto para ao final negar-lhe provimento, mantendo a decisão de Primeira Instância que julgou **PROCEDENTE** a autuação, conforme Voto do Julgador Relator, constantes dos autos, que passa a fazer parte integrante da vertente decisão. Participaram do Julgamento os Julgadores: Roberto Valladão Almeida de Carvalho, Manoel Ribeiro de Matos Junior, Juarez Barreto Macedo Júnior e Fabiano Emanuel Fernandes Caetano.

CRÉDITO TRIBUTÁRIO ORIGINAL
FATO GERADOR EM 03/07/2020: R\$ 30.523,11
*CRÉDITO TRIBUTÁRIO PRECEDENTE DEVE SER ATUALIZADO NA DATA DO SEU EFETIVO PAGAMENTO.

TATE, Sala de Sessões, 15 de dezembro de 2022.

~~Anderson~~ **Aparecido Arnaut**
Presidente

~~Roberto Valladão~~ **Almeida de Carvalho**
Julgador/Relator